

Narrativas de gênero e raça: o mercado jornalístico sob a perspectiva das jornalistas negras¹

Michely da Silva ALVES²

Thaís BUENO³

Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, MA

RESUMO

O objetivo desta pesquisa, que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM-UFMA), é compreender como jornalistas negras estão inseridas nos espaços midiáticos, salientando o contexto de gênero e raça na profissão. Como aporte teórico recorreremos ao conceito de interseccionalidade apontado nos Estudos de Gênero e Raça, de acordo com as orientações de Kimberlé Crenshaw (2013) e Lélia Gonzalez (2020). Nesse contexto, utilizaremos a Teoria do Reconhecimento, sob a ótica de Axel Honneth, a partir dos estudos de Fabrino Mendonça (2012).

PALAVRAS-CHAVE: gênero; raça; identidade; jornalistas negras.

INTRODUÇÃO

O corpo negro, até os dias de hoje, é pensado como local de exploração e extermínio. É a partir disso, que se descobrir negro é um verdadeiro “tornar-se outra pessoa”, assumindo suas lutas diante da exclusão social, desigualdades econômicas e falta de oportunidades.

Quando Lélia Gonzalez (2020) teorizava em seus escritos sobre os obstáculos da “boa aparência”, principalmente em relação ao corpo negro feminino, regimentados pelo mercado de trabalho, a autora trazia um texto-denúncia sobre a relutância dos negros em se autodeclararem pessoas pretas, pois se estava documentado como deve ser as características de uma pessoa para se ocupar um emprego e ser autointitulado um cidadão civilizado, prontamente negar este fato já se faz uma verdadeira estratégia de sobrevivência.

Deste modo, investigar, qualitativamente, a identidade junto a inserção de jornalistas negras no mercado de trabalho, a partir das observações ligadas a luta por

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Comunicação (PPGCOM/UFMA-Imperatriz). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), email: michely_alvessilva@hotmail.com

³ Doutora em Comunicação (PUC-RS). Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMA-Imperatriz), email: thaisabu@gmail.com

reconhecimento já é, por si, um posicionamento relevante diante das últimas indicações aferidas no Censo Demográfico em 2022.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-2022), destaca-se que há, predominantemente, mais mulheres no país contabilizando um total de 108,7 milhões, salientando a suma necessidade de dar continuidade as pesquisas relacionadas ao gênero, isso porque cerca de 51,1% da população brasileira é feminina, tendo em vista as grandes proporções de desigualdades voltado ao sexo feminino.

Um fator importante, fundamentando raça e gênero no mercado de trabalho, é a mudança na lei do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 14.553, de 2023) que foi sancionada pelo atual Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em abril de 2023, “determinando a inclusão de informações sobre raça em registros de trabalhadores” (Agência Brasil, 2023), visando mapear a cada cinco anos as condições trabalhistas e reduzir as desigualdades raciais. É através destas políticas de inclusão, mesmo que tardias, que os profissionais, seja do âmbito jornalístico ou não, começam a tratar a própria identidade como um posicionamento político-ideológico e, por ora, reconhecer-se racialmente nesses espaços.

JORNALISTAS NEGRAS E A LUTA POR RECONHECIMENTO

A imprensa brasileira é formada, predominantemente, por profissionais brancos que atuam em diferentes espaços da mídia, sobretudo, na grande mídia, em que a ferramenta essencial de comunicação está na própria imagem, isto é, na identidade do indivíduo branco (Agência Brasil, 2023). Verifica-se, até mesmo, a predominância de profissionais brancos como jornalistas de redação, que não usam diretamente a imagem, mas ainda ocupam mais cargos em relação aos profissionais negros (pretos e pardos).

Conforme o Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021), relatório realizado nas cinco regiões do país, destaca-se uma forte desigualdade racial na mídia tradicional

brasileira, revelando a discrepância entre o perfil étnico-racial por região. O mesmo ocorre se enquadrarmos gênero e raça no jornalismo brasileiro. De acordo com o Perfil de Jornalistas no Brasil (UFSC, 2021), cerca de 68% das jornalistas que trabalham no país são mulheres brancas⁴, expondo a falta de representatividade de profissionais negras nos espaços midiáticos.

Esses paradigmas de exclusão da mulher negra no mercado de trabalho, especificamente na área da comunicação, são amparados, cotidianamente e teoricamente, através do debate estabelecido pela negritude não se resumindo “à aceitação do inevitável, e, sim, a um difícil processo de conscientização” (Fernandes, 2016, p. 707), relacionando intimamente ao conceito de interseccionalidade, termo criado por Kimberlé Crenshaw (2013), que compreende capturar as identidades sociais e “as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2013, p. 177).

Assim como discute Crenshaw (2013, p. 1253), “é importante notar que a identidade continua sendo um lugar de resistência para membros de diferentes grupos subordinados” e que a luta por reconhecimento é constituída, antes de tudo, pelas identidades coletivas através da consciência moral do indivíduo. Desenvolve-se, todavia, que essa luta por reconhecimento é fundamentada pela Teoria do Reconhecimento, presente na filosofia política, que aborda a busca pelo respeito nas relações intersubjetivas, tendo as contribuições de Axel Honneth norteando a temática.

Vale salientar que “a teoria do reconhecimento transformou-se em um dos principais referenciais teóricos no campo da filosofia política, do direito e da sociologia e, desde então, tem sido alvo de intensos debates” (Bargas; Maia, 2019, p. 88), e que nos estudos da comunicação não seria diferente, principalmente no jornalismo, e a teorização acerca das identidades, isso porque “o reconhecimento do significado é a parte da nossa identidade, que se manifesta da sensação de pertencimento” (Edoa; Vitor, 2022, p. 254), na busca por “dignidade, respeito e direitos”, ou como é delineado por Honneth, os “três domínios essenciais à autorrealização: o afeto, os direitos e a estima social” (Mendonça, 2012, p. 121) que pode ser direcionado à inserção de jornalistas

⁴ Disponível em: <[3](https://perfildojornalista.ufsc.br/2021/11/24/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/#:~:text=O%20estudo%20constata%20novamente%20que,levantamento%20de%20nove%20anos%20antes.>. Acesso em: 27 jul. 2023.</p></div><div data-bbox=)

negras na mídia, principalmente quando representadas na mídia tradicional brasileira, em especial no telejornalismo.

ABORDAGEM METODOLÓGICA

A Teoria Fundamentada Construtivista consiste em investigar “os dados por meio das observações, das interações e dos materiais que reunimos. [...] junto as experiências e os eventos empíricos, seguindo as ideias analíticas sobre eles”, surgindo, por assim dizer, “uma teoria fundamentada que explica o processo estudado em novos termos teóricos e, muitas vezes, aponta as suas consequências” (Charmaz, 2009, p. 15 e 21).

Como ponto de partida, usamos o recurso técnico-metodológico da Entrevista Semiestruturada, baseada nos estudos de Duarte (2005), que aborda temas complexos na pesquisa social e que nos direciona a examinar, categoricamente, a intensidade das respostas. Para além disso, a Entrevista Semiestruturada é aplicada em pesquisas qualitativas cujo enfoque categoriza-se através do roteiro-base que tem a função de recolher respostas indeterminadas e não respostas já previstas.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Nesse limiar e com o propósito de nos aprofundarmos, potencialmente, na discussão e interpretação dos dados emergentes que abriga a sujeita de estudo (jornalista negra), ao qual nos referenciamos como Martins, buscamos desenvolver uma aplicação a partir do que já foi coletado e apresentar os dados obtidos e os resultados parcialmente classificados, com base na Teoria Fundamentada Construtivista de Charmaz (2009), em que caracterizamos como resultados preliminares.

Assimilando este repertório analítico com os dados coletados, abrimos a aplicação com uma parte da entrevista em que Martins relembra os primeiros passos que a levaram a escolher o jornalismo como profissão e como tudo aconteceu. Nas palavras de Martins percebe-se que ela precisou retornar à memória da infância/adolescência para contextualizar o cenário:

“[...] eu **não era linda**, bonita... eu era **pretinha e engraçadinha**”. [...] **meu pai** é nordestino, e ele falava assim: “você é **mulher** e sendo mulher você tem que estudar e **ter uma profissão**, porque **homem** vai embora” (Martins [Entrevista 2024]).

Quando questionada sobre como se fazer existente nos espaços midiáticos a partir da sua identidade racial, Martins relatou que todos os dias na redação o racismo mostrava a ela como era descobrir-se negra, como uma espécie de continuação identitária sobre si, e que o debate racial no mercado jornalístico ainda se faz ausente, mesmo com todas as mudanças sociais possíveis, por isso denominamos a subcategoria “Descobrimo ser mulher negra” e “Debate racial no mercado de trabalho”, pois:

“Na minha época para ser **secretária**, a gente via anúncios que pediam **“boa aparência”** e lembro que eu fui responder um anúncio e eles me responderam: **“você não é exatamente o que a gente imaginava**, mas você tem uma boa datilografia” (Martins [entrevista 2024]).

Ao debater sobre a política da “boa aparência”, como apontado por Martins, Lélia Gonzalez (2020, p. 35) analisa que “é nesse sentido que o racismo – enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas – denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho”. Nessa situação, fundamentada por Lélia Gonzalez (2020) e pela experiência vivida por Martins, que os códigos obtidos nesta subcategoria são “exclusão”, “segregação”, “sabotagem” e “racismo”.

CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Enfatiza-se, por fim, a importância de analisarmos a construção de gênero, raça e, sobretudo, identidade nos espaços midiáticos. Uma vez que a desigualdade racial e de gênero se encontra, de fato, institucionalizada nos meios de comunicação, torna-se primordial abranger a inserção de jornalistas negras como centro de análise (Patricia Hill Collins, 2020).

Ressaltamos que a narrativa de Martins desencadeou inicialmente algumas reflexões que viabilizam a produção de significados acerca da temática no exercício da profissão, sendo eles: a) a retomada da memória para compreensão do presente e do futuro e b) a capacidade de se perceber mulher negra a partir da trajetória profissional.

Nesse sentido, as considerações evidenciam o peso do gênero e da raça nos espaços midiáticos e construção de estratégias pessoais pela quebra de paradigmas na profissão mediante a luta por reconhecimento no mercado de trabalho, principalmente se compreendermos a mídia como local de representação e fomentação de debates públicos e opinião pública.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa mostra forte desigualdade racial na grande mídia brasileira**, 2023. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-forte-desigualdade-racial-na-grande-midia-brasileira>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BARGAS, J; MAIA, R.C. Teoria do Reconhecimento e Interações Cotidianas: o caso das lutas dos Quilombos do Pará. **Contracampo**, Niterói, v. 38, n,2, p. 85-98, ago./nov. 2019.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2013.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In*: DUARTE, Jorge.; Barros, Antonio. (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicações**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2005.

EDO A, Louis; VICTOR, Cilene. O papel das jornalistas negras na luta por reconhecimento e representatividade. **RuMoRes**, v. 16, n. 32, p. 248-273, 2022.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 691-713, 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MENDONÇA, Ricardo F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.9, Brasília, set.-dez./2012, pp. 119-146.

PERFIL DO JORNALISTA BRASILEIRO. **Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, 2021. Disponível em: < <https://perfildojornalista.ufsc.br/2021/11/24/mais-pessoas-negras-e-menos-mulheres-no-mesmo-trabalho-exaustivo-o-perfil-de-jornalistas-no-brasil-em-2021/#:~:text=O%20estudo%20constata%20novamente%20que,levantamento%20de%20nove%20anos%20antes.>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

PERFIL RACIAL DA IMPRENSA BRASILEIRA. **Instituto CORDA – Rede de Projetos e Pesquisas**, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2023.